

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I – Exame da Época de Recurso
1.º ANO – DIA | TURMA C | 14 de fevereiro de 2025

I

Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Identificar e enquadrar o problema no contexto da autotutela;
- ii) Discutir a possibilidade de legítima defesa de Mariana, concluindo pela não verificação do preenchimento dos pressupostos do artigo 337.º/1, designadamente no que respeita à existência de uma agressão atual e ilícita, atendendo nomeadamente ao consentimento na lesão (artigo 340.º CC);
- iii) Confrontar a conduta de Mariana com o figurino da legítima defesa putativa, analisando a desculpabilidade do erro (artigos 338.º e 487.º/2 CC) e concluindo pelo dever de indemnizar;
- iv) Caracterizar a conduta de Joel como tendo sido em legítima defesa, examinando a totalidade dos pressupostos e extraíndo as devidas consequências.

II

Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Observar a relação de especialidade estabelecida entre as duas primeiras leis, retirando as devidas consequências para determinar a lei aplicável aos casos de caça ao javali;
- ii) Pronunciar-se sobre a possibilidade da entrada em vigor da segunda lei no dia da sua publicação, ante o artigo 2.º/1 da Lei Formulária, os valores constitucionais que consagra (*maxime* da segurança jurídica, corolário do princípio do Estado de Direito), e o facto de serem ambos diplomas da mesma hierarquia, em que o segundo é posterior, tomando posição de modo fundamentado;
- iii) Caracterizar a revogação da segunda lei pela terceira e determinar a entrada em vigor desta lei às 00h do dia 15 de abril de 2024, nos termos do artigo 2.º/2 da Lei Formulária e dos artigos 279.º e 296.º do CC.
- iv) Atendendo à relação de especialidade anteriormente caracterizada, salientar o alargamento do âmbito de aplicação da lei geral, uma vez revogada a lei especial, tornando-se aquela aplicável ao Senhor Carlos.

III

1) Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Apresentar uma ideia do que é uma norma jurídica, bem como a sua estrutura;
- ii) Caracterizar os tipos de normas incompletas que conhece, contrapostos à ideia de normas completas;
- iii) Tomar posição de modo fundamentado.

2) Nesta questão, os alunos deverão, pelo menos:

- i) Enquadrar o problema na caracterização do Direito como ordem coativa;
- ii) Destacar, entre os vários tipos de sanção, as sanções compensatórias, caracterizando-as adequadamente;
- iii) Pronunciar-se sobre a relação entre os desvalores da conduta e as sanções, bem como sobre a relevância da exclusão da ilicitude;
- iv) Pronunciar-se sobre a natureza das obrigações indenizatórias do art. 339/2 tendo em conta a licitude da conduta lesiva;
- v) Tomar posição de modo fundamentado.